

Abordagens de Policiamento Comunitário para Combater o Extremismo Violento (CVE) em África

PROGRAMA

**10 de Novembro -
16 de Dezembro
de 2020**



AFRICA CENTER FOR STRATEGIC STUDIES

ABORDAGENS DE POLICIAMENTO COMUNITÁRIO PARA COMBATER O EXTREMISMO VIOLENTO (CVE) EM ÁFRICA

Workshop virtual
10 de Novembro - 16 de Dezembro de 2020

PROGRAMA

Índice

SOBRE O CENTRO ÁFRICA	5
VISÃO	5
MISSÃO	5
MANDATO.....	5
SOBRE O CAERT/CAEIT/ACSRT	7
Visão geral.....	9
O Programa	10
Mapa de África.....	12
Sessão 1: Abordagens ao Policiamento Comunitário e CVE.....	13
Formato: <i>Apresentações Plenárias e Sessão de Perguntas e Respostas Moderada</i>	13
Sessão 2: Desafios e Oportunidades para um Policiamento Comunitário Eficaz no CVE.....	16
Formato: <i>Apresentações Plenárias e Sessão de Perguntas e Respostas Moderada</i>	16
Sessão 3: Envolvimento Nacional-Local no CVE	20
Formato: <i>Apresentações Plenárias e Sessão de Perguntas e Respostas Moderada</i>	20
Sessão 4: Abordagens Sensíveis à Juventude e ao Género para o Policiamento Comunitário no CVE	23
Formato: <i>Apresentações Plenárias e Sessão de Perguntas e Respostas Moderada</i>	23
Sessão 5: Esforços Comunitários para a Reintegração de Antigos Combatentes	28
Formato: <i>Apresentações Plenárias e Sessão de Perguntas e Respostas Moderada</i>	28
Sessão 6: Estudo de caso: interromper o ciclo de violência no condado de Garissa, Quênia.....	31
Formato: <i>Apresentações Plenárias e Sessão de Perguntas e Respostas Moderada</i>	31

SOBRE O CENTRO ÀFRICA

Desde a sua criação em 1999, o Centro Àfrica tem servido como um fórum de investigação, programas académicos e intercâmbio de ideias com o objetivo de aumentar a segurança dos cidadãos através do reforço da eficácia e imputabilidade das instituições africanas, em apoio à política dos EUA para África.

VISÃO

Segurança para todos os africanos propiciada por instituições eficazes e imputáveis perante seus cidadãos.

A força motriz do Centro Àfrica é realizar a visão de uma África livre de violência armada e organizada, assegurada por instituições africanas comprometidas com a proteção dos cidadãos africanos. Este objetivo enfatiza o compromisso do Centro Àfrica em contribuir para impactos tangíveis ao trabalhar com os nossos parceiros africanos – militares, civis, governamentais e da sociedade civil, bem como nacionais e regionais. Todos desempenham papéis importantes na atenuação dos complexos fatores causadores dos atuais conflitos no continente. A imputabilidade perante os cidadãos é um elemento importante da nossa visão, uma vez que salienta o facto de que, para serem efetivas, é preciso que as instituições de segurança, além de serem “fortes”, protejam e estejam atentas aos direitos dos cidadãos.

MISSÃO

Promover a segurança africana através da expansão da compreensão, disponibilização de uma plataforma confiável para o diálogo, construção de parcerias duradouras e catalisação de soluções estratégicas.

A missão do Centro Àfrica gira em torno da geração e disseminação do conhecimento através dos nossos programas académicos, pesquisa, comunicações estratégicas e polos comunitários. Com base nas experiências práticas e nas lições aprendidas com os esforços de segurança no continente, procuramos gerar perspectivas e análises relevantes que possam informar profissionais e legisladores com respeito aos mais prementes desafios de segurança que enfrentam. Reconhecendo que o enfrentamento de sérios desafios só pode ocorrer através de intercâmbios francos e ponderados, o Centro Àfrica disponibiliza plataformas presenciais e virtuais, onde os parceiros podem partilhar opiniões sobre prioridades e boas práticas. Estes intercâmbios fomentam relacionamentos que, por sua vez, são administrados ao longo do tempo pelo Centro Àfrica através de polos comunitários, comunidades de interesse, programas de acompanhamento e diálogos continuados entre participantes e funcionários. Esse diálogo – imbuído de experiências do mundo real e análises atuais – não só oferece oportunidades de aprendizagem contínua, mas também catalisa ações concretas.

MANDATO

O Centro Àfrica é uma instituição do Departamento de Defesa dos EUA estabelecida e financiada pelo Congresso americano que possibilita o estudo de questões de segurança relacionadas com África e servir como fórum para pesquisas bilaterais e multilaterais, comunicação, intercâmbio de ideias, e formação envolvendo participantes militares e civis. (10 U.S.C 342)

SOBRE O CAERT/CAEIT/ACSRT

ANTECEDENTES DO CAEIT

O Centro Africano de Estudos e Investigação sobre o Terrorismo (CAEIT) foi inaugurado em 2004 com sede em Argel, Argélia, como uma estrutura da Comissão da União Africana, em conformidade com o Protocolo à Convenção da OUA de 1999 sobre a Prevenção e Combate ao Terrorismo. O Protocolo confere ao Conselho de Paz e Segurança da União Africana a responsabilidade de implementar instrumentos regionais, continentais e internacionais de combate ao terrorismo, bem como de harmonizar, normalizar e coordenar os esforços continentais na prevenção e combate ao terrorismo.

A criação do CAEIT está constituída ao abrigo da Secção H, Parágrafos 19 a 21 do Plano de Ação da UA sobre a Prevenção e Combate ao Terrorismo e em conformidade com as decisões relevantes adotadas pelos órgãos políticos da União, incluindo em particular: Assembleia/UA/Dez.15 (II); EX.CL/Dez.13 (II); EX/CL/Dez.82 (IV); e EX.CL/Dez.126 (V). O CAEIT foi inaugurado a 13 de Outubro de 2004.

PROPÓSITO DO CAEIT

O objetivo do Centro é que funcione como um centro de investigação de excelência em assuntos relativos à prevenção e combate ao terrorismo em África. Como uma estrutura da Comissão da União Africana, o centro deve contribuir e reforçar a capacidade da União Africana para lidar com questões relacionadas com a prevenção e combate ao terrorismo em África com o objetivo final de eliminar a ameaça que o terrorismo representa para a paz, segurança, estabilidade e desenvolvimento em África. Para o efeito, o Centro realiza investigações e estudos sobre o Terrorismo. O Centro também mantém uma base de dados, recolhe e centraliza informações, estudos e análises sobre terrorismo e grupos terroristas. O Centro procura também desenvolver a capacidade de combate ao terrorismo nos Estados-Membros e, por conseguinte, desenvolve programas e pacotes de formação e organiza sessões de formação, workshops, reuniões e simpósios com a assistência de uma miríade de parceiros interessados.

MISSÃO DO CAEIT

A missão do CAEIT é conduzir investigação e estudos sobre terrorismo e desenvolver mecanismos de política estratégica, operacionais e de formação no contexto dos instrumentos jurídicos internacionais e continentais para reforçar a capacidade da União Africana e dos seus Estados Membros no sentido de prevenir e combater o terrorismo em África.

ATRIBUTOS DA MISSÃO

A missão do CAEIT deriva da Convenção da OUA (1999), do Plano de Ação da UA (2002) e do protocolo da UA de 2004. A missão está em consonância com os princípios da Resolução 1373 (2001) do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a Estratégia Global contra o Terrorismo da Assembleia Geral das Nações Unidas (2006). Integra os atributos de Gestão Preventiva de Crises, o desenvolvimento da capacidade de Alerta Precoce e resposta precoce e o tratamento de casos relacionados com o terrorismo no contexto do Estado de direito e dos instrumentos internacionais sobre direitos humanos.

No âmbito das suas atividades, e a fim de cumprir o seu mandato, o Centro foi concebido para funcionar em coordenação permanente e contínua com os Pontos Focais Nacionais, representando os 54 Estados Membros da União Africana, bem como com os Pontos Focais Regionais que representam as Comunidades Económicas Regionais (CER), tal como previsto nas Modalidades de Funcionamento do Centro.¹ A necessidade de Pontos Focais a nível nacional e regional foi enfatizada nos instrumentos de Contra-terrorismo do continente acima mencionados. As modalidades de funcionamento do Centro também apelam a que o Centro desenvolva a cooperação e parcerias com parceiros e pontos focais internacionais.

Visão geral

O terrorismo e o extremismo violento (EV) continuam a estar entre os desafios mais significativos para a paz e a segurança em África. À medida que grupos terroristas e extremistas violentos estabelecem novas bases em alguns dos estados frágeis do continente e dezenas de milhares de homens e mulheres anteriormente afiliados a organizações de EV regressam a casa ou a áreas sob controlo governamental, as instituições militares, policiais, de gendarmaria e civis de aplicação da lei estão a lutar para fornecer segurança e outros serviços públicos. Em alguns casos, as ações tomadas pelo pessoal da defesa e da aplicação da lei agravaram a desconexão entre as instituições estatais e as comunidades, e agravaram as queixas que alimentam o extremismo violento. A erosão da confiança pública em relação aos agentes da segurança pública e na sua capacidade de proporcionar uma sensação de segurança criou, por sua vez, vácuos de segurança que uma miríade de atores estatais e não estatais se esforçam por preencher. Em áreas marcadas pela proliferação de milícias e vigilantes comunitários, o sector da segurança com recursos escassos, e os ministérios que o supervisionam, enfrentam o desafio adicional de como gerir os grupos de autodefesa comunitários de forma a desempenharem papéis construtivos nas suas comunidades em vez de exacerbar ainda mais a violência e a insegurança.

Este estado de coisas exige que os Estados africanos intensifiquem os seus investimentos no desenvolvimento de estruturas de governação de segurança mais eficazes, inclusivas e responsáveis, mais adequadas às realidades locais. Os esforços existentes por parte das instituições de defesa e de aplicação da lei civis para se envolverem com as comunidades locais mostram que as abordagens à segurança colaborativa e ao policiamento orientado para a comunidade não são novidade para os estados africanos afetados pelo terrorismo e pelo extremismo violento. De facto, vários estados africanos que lutam para conter a expansão de grupos extremistas violentos abraçaram o policiamento comunitário como um complemento necessário às práticas tradicionais de policiamento. Em alguns casos, os potenciais benefícios de melhorar as práticas de policiamento existentes e/ou expandir e adaptar as abordagens de segurança que criam e dependem da confiança e colaboração entre as forças de segurança, funcionários do governo local e populações já são evidentes. A consolidação dos benefícios do policiamento comunitário, no entanto, leva tempo e empenho contínuo. O policiamento comunitário também não é uma solução definitiva para prevenir e combater o extremismo violento e o terrorismo. A não ser que esteja inserida numa estratégia holística que procure abordar as condições que alimentam o extremismo violento e o terrorismo, os seus impactos benéficos continuarão a ser limitados.

OBJECTIVOS DO PROGRAMA:

1. Os participantes terão uma maior compreensão do papel que os acordos de segurança colaborativa entre as forças de segurança, funcionários governamentais locais e comunidades locais desempenham na prevenção e combate ao extremismo violento.
2. Os participantes apreciam a relevância e o valor do policiamento comunitário eficaz como um componente essencial para prevenir e combater o extremismo violento.
3. Os participantes juntam-se a uma rede de profissionais africanos dedicados ao avanço de soluções estratégicas relacionadas com a prevenção e o combate ao extremismo violento.

Abordagem académica:

Este seminário de seis semanas será praticamente realizado e contará com apresentações de uma série de vozes – desde decisores políticos, profissionais e académicos. As sessões interativas de perguntas e respostas acontecerão depois das apresentações em cada sessão plenária. Os participantes serão divididos em grupos de discussão, onde facilitadores com experiência e antecedentes relevantes conduzirão a interação em direção a resultados concretos.

O seminário virtual será conduzido em Inglês, Francês e Português. De modo a fomentar discussões francas e criar confiança entre os participantes, as discussões serão conduzidas sob uma política de não-atribuição, o que significa que comentários ou intervenções específicas de qualquer participante não serão identificados pelo nome ou país em quaisquer resumos, relatórios, ou partilha dos conhecimentos obtidos no seminário por qualquer participante, orador ou organizadores.

O Programa

Este programa fornece uma visão geral dos objetivos académicos e das principais questões de políticas relacionadas com abordagens de policiamento comunitário eficazes em contextos de prevenção ou de combate ao extremismo violento. Para cada sessão, fornecemos uma breve introdução e uma lista de perguntas para discussão. Também incluímos artigos selecionados, cujo objetivo principal é ajudar a enquadrar as questões no contexto dos documentos disponíveis sobre bolsas de estudo e políticas. É provável que o programa abranja mais questões e materiais do que aqueles que podem ser suficientemente discutidos no tempo disponível. É benéfico ler algumas ou todas as leituras recomendadas no programa antes do seminário, porque as leituras colocarão os comentários dos participantes e dos oradores num contexto apropriado. Contudo, esperamos também que utilize estes materiais como recursos mesmo após a conclusão do programa e que regresse a eles para obter detalhes relevantes.

Os materiais externos e o conteúdo académico incluído neste programa não refletem as opiniões ou a posição oficial do Departamento de Defesa ou do governo dos Estados Unidos. Este programa é um documento educativo destinado a expor os participantes a uma variedade de pontos de vista e perspectivas para ajudar a prepará-los para tirar o máximo partido do programa.

Preparação para o Seminário:

Antes do seminário, encorajamo-lo a:

1. Ler este programa.
2. Ler algumas ou todas as leituras recomendadas.
3. Dedicar tempo a pensar e a responder às perguntas da discussão.
4. Considerar que experiências do seu trabalho podem ser relevantes para partilhar em grupos de discussão.

5. Estar preparado para participar ativamente em grupos de discussão e aprender com os participantes de outros países.

Mapa de África



Map No. 4045 Rev. 7 UNITED NATIONS
November 2011

Department of Field Support
Cartographic Section

Sessão 1: Abordagens ao Policiamento Comunitário e CVE

Formato: *Apresentações Plenárias e Sessão de Perguntas e Respostas Moderada*

Objetivos:

- Descrever os princípios básicos e as características do policiamento comunitário.
- Discutir os benefícios do policiamento comunitário na prevenção e no combate ao extremismo violento.
- Analisar as estratégias que existem para implementar abordagens de policiamento comunitário para prevenir e combater o extremismo violento.

Antecedentes

Em vários países africanos afetados pela ameaça do extremismo violento e do terrorismo, o policiamento comunitário surgiu como um complemento importante às respostas militares e policiais tradicionais. Tradicionalmente, as práticas de combate ao terrorismo têm envolvido poucas consultas às comunidades locais e raramente têm tido em conta as suas diversas necessidades, preocupações e opiniões. A crença era que as atividades de execução e os métodos de recolha de informações devem ter prioridade sobre a árdua tarefa de ganhar a confiança do público e conquistar o apoio das comunidades locais. Contudo, as limitações destes métodos mesmo quando implementados dentro de um quadro de Estado de direito, sublinharam a necessidade de recorrer ao apoio das comunidades locais para combater com sucesso o extremismo violento e o terrorismo. Por outras palavras, as comunidades devem ser partes interessadas na articulação e prestação de segurança, "em vez de serem simplesmente o objeto passivo das atividades de aplicação da lei".¹

No seu cerne, o espírito do policiamento comunitário reside na inclusividade, no diálogo e na confiança entre os agentes de segurança e as comunidades locais, particularmente as mais expostas à vulnerabilidade e à violência. A lógica subjacente é simples. Em muitos cenários de baixa confiança onde o policiamento não está estreitamente integrado nas comunidades locais e onde as forças de segurança têm pouca legitimidade e credibilidade, a capacidade dos agentes de segurança para identificar e melhorar as questões de segurança e ordem social da comunidade está minada. Pelo contrário, em áreas onde os agentes de segurança adotam abordagens orientadas para a comunidade que dão prioridade à participação e apoio do público, os seus esforços tendem a ter um impacto positivo.

No seu melhor, as abordagens de policiamento comunitário aprofundam a participação local e fomentam a confiança entre os agentes de segurança, as autoridades locais e as populações que foram marginalizadas ou são difíceis de alcançar. Este aspeto é particularmente importante em contextos de prevenção e combate ao extremismo violento, onde as comunidades e os agentes de segurança devem ter uma compreensão clara da natureza e da fonte da ameaça que enfrentam, bem como das causas e da dinâmica do extremismo violento. Quando os agentes de segurança, membros da comunidade e outros intervenientes não governamentais têm este entendimento

¹ <https://www.osce.org/secretariat/111438?download=true>

comum, o policiamento comunitário pode dar uma contribuição tangível para prevenir e combater o desafio do extremismo violento.

Naturalmente, não existe uma abordagem única ao policiamento comunitário, uma vez que cada contexto tem as suas próprias características únicas. Também tem de haver expectativas realistas sobre o que o policiamento comunitário pode alcançar, especialmente no que diz respeito à prevenção e combate ao extremismo violento e ao terrorismo. O policiamento comunitário não pode atuar como uma panaceia para o extremismo violento. Pode ajudar a construir a confiança e o apoio do público aos agentes de segurança, desde que as comunidades estejam envolvidas na formulação e implementação de estratégias adaptadas localmente. Para atingir todo o seu potencial, o policiamento comunitário deve ser integrado e orientado por uma estratégia abrangente e holística orientada para a segurança do cidadão que enfrente as causas subjacentes à violência e à insegurança.

Questões para discussão:

- O que acontece/por que importa se os indivíduos e as comunidades não confiam nos seus fornecedores de segurança?
- Vê algum valor para o policiamento comunitário na prevenção e combate ao extremismo violento e porquê?
- Existe policiamento comunitário no seu país? Como foi desenvolvido e está ligado às políticas nacionais?

Leituras recomendadas:

"Preventing Terrorism and Countering Violent Extremism and Radicalization that Lead to Terrorism: A Community-Policing Approach," Organização para a Segurança e Cooperação na Europa, (OSCE) 2014, pp: 61-94, <https://www.osce.org/atu/111438?download=true>

"Radicalisation au terrorisme: que faire? Tendre la main rapidement," 21 de Dezembro de 2015, <https://www.osce.org/fr/magazine/229341>

Romi Sigsworth, "Harnessing public engagement for police accountability in Africa," Institute for Security Studies, Dezembro de 2019, <https://issafrica.s3.amazonaws.com/site/uploads/ar21-1.pdf>

Leituras adicionais

Etannibi E.O. Alemika, Mutuma Ruteere and Simon Howell, Policing Reform in Africa: Moving Towards a Rights-Based Approach in a Climate of Terrorism, Insurgency and Serious Violent Crime, African Policing Civilian Oversight Forum (APCOF), 2018, https://www.researchgate.net/publication/328755638_POLICING_REFORM_IN_AFRICA_Moving_towards_a_rights-based_approach_in_a_climate_of_terrorism_insurgency_and_serious_violent_crime

Melinda Holmes, "Preventing Violent Extremism, Protecting Rights and Community Policing", International Civil Society Action Network, 31 de Outubro de 2017, <https://icanpeacework.org/wp-content/uploads/2018/02/PVE-and-Policing-Brief-2017.pdf>

Sessão 2: Desafios e Oportunidades para um Policiamento Comunitário Eficaz no CVE

Formato: *Apresentações Plenárias e Sessão de Perguntas e Respostas Moderada*

Objetivos:

- Discutir as barreiras comuns à adoção bem-sucedida do policiamento comunitário na prevenção e no combate ao extremismo violento.
- Analisar exemplos nos quais o policiamento comunitário contribuiu para mitigar a ameaça do extremismo violento.
- Recomendar ações concretas relacionadas com o policiamento comunitário que as nações africanas poderiam tomar para melhorar as suas atuais estratégias de prevenção e combate ao extremismo violento.

Antecedentes

O policiamento comunitário é genericamente reconhecido como um aspeto fundamental do fornecimento de segurança comunitária eficaz. No entanto, a sua adoção tem sido lenta e a sua implementação efetiva tem faltado. Há muitas razões pelas quais este é o caso. A mais básica e óbvia é que o policiamento comunitário é um trabalho árduo. Exige uma transformação organizacional significativa, mudanças fundamentais nas culturas de policiamento e inclusão de vozes marginalizadas. Isto, por sua vez, necessita de vontade política, recursos suficientes e comunicação contínua entre todas as partes interessadas. Nada disto é facilmente realizável, particularmente em zonas afetadas por conflitos, onde as forças de segurança têm poucos recursos, não estão motivadas e não têm laços culturais com a comunidade. Em vários cenários, um número apreciável de forças policiais, unidades de gendarmaria e outros agentes de segurança não falam as línguas das regiões onde estão destacados, nem conhecem as tradições e costumes locais. Isto complica as interações com as comunidades e dificulta uma distinção entre civis e alvos legítimos. A escalada dos ataques terroristas e o aumento do número de mortos tanto de civis como de forças de segurança em vários países africanos agravou ainda mais estes impedimentos. A motivação entre as forças de segurança na linha da frente caiu, contribuindo para um aumento das taxas de abandono e chateado por falta de munições, equipamentos e salários baixos ou não pagos. Estas condições tendem a enfraquecer os incentivos para as forças de segurança ouvirem as preocupações das comunidades, combater os estereótipos e desenvolver abordagens inovadoras para a resolução de problemas. O aumento da violência levou também a um pico na prevalência de milícias e vigilantes civis de autodefesa. A proliferação destes agentes constitui um grande desafio à autoridade das forças de segurança mal equipadas e treinadas.

A implementação de uma abordagem de policiamento comunitário para prevenir e combater o terrorismo é um processo complicado e multifacetado que exige o envolvimento eficaz das comunidades no processo de resolução de problemas, bem como mudanças sólidas nas estruturas e estilos de gestão no âmbito das forças de segurança e outras entidades governamentais e de segurança relevantes. Embora os desafios da implementação do policiamento comunitário variem entre os países africanos que o abraçaram, existem exemplos de boas práticas que merecem um maior desenvolvimento e uma maior ênfase. Na Tunísia pós-revolucionária, as mudanças

organizacionais exigiram a despolitização da polícia, a promulgação pelo poderoso ministério do interior de um guia dos direitos humanos e a revisão das leis que regem as detenções. Tais esforços são ainda um trabalho em curso e a extensão do seu sucesso depende da prossecução da reforma do sector da segurança e do aprofundamento das parcerias comunitárias.

Na região do Sahel, tem havido esforços e alguns progressos na criação de espaços para o diálogo entre os agentes da aplicação da lei e as comunidades locais. Cada contexto local é único, mas os traços essenciais do policiamento comunitário eficaz são os mesmos. A confiança mútua e o diálogo constante entre os agentes de segurança e os membros da comunidade são fundamentais para prevenir e combater o extremismo violento. No Burkina Faso, os diálogos entre a polícia, a gendarmaria nacional, membros de grupos de autodefesa, conhecidos como "Koglweogo", líderes religiosos, agricultores e outros membros da comunidade melhoraram a comunicação e a cooperação entre eles.² Este caminho de aproximação entre os grupos armados comunitários e a polícia ainda está a evoluir, mas os seus benefícios conseguem ser reconhecidos. Outros países sahelianos estão também a experimentar várias abordagens baseadas na comunidade para melhorar a segurança pública.

Na África Oriental, a experiência queniana na luta contra o extremismo violento revela os benefícios de empregar uma abordagem de segurança mais direcionada que envolve as comunidades locais e dá poder às autoridades locais. Após o mortífero ataque terrorista de 2013 ao Westgate Mall de Nairobi, os serviços de segurança levaram a cabo uma repressão generalizada contra os militantes suspeitos. No processo, contudo, as autoridades lançaram aquilo que o International Crisis Group descreveu como uma rede demasiado ampla que "alimentou a raiva muçulmana e acelerou o recrutamento de militantes". Em 2015, os responsáveis quenianos começaram a inverter o rumo, devolvendo algum poder e responsabilidades às localidades e colocando os locais em posições de segurança de grande proeminência e visibilidade. No Condado de Garissa, na região do Nordeste, isto contribuiu para aliviar as tensões entre os agentes de segurança e as comunidades historicamente marginalizadas. O estabelecimento de tais relações de cooperação é a chave para abordagens orientadas para a comunidade.

Questões para discussão:

- Como avalia o nível de eficácia do policiamento comunitário no seu país e quais são os desafios na sua implementação?
- Que fatores minam o intercâmbio eficaz de informações entre os serviços de aplicação da lei e as comunidades?
- Que mudanças estruturais e organizacionais precisam de ocorrer nas forças de segurança para que o policiamento comunitário funcione de forma eficaz?
- Existem boas práticas no policiamento comunitário que tenham emergido das suas próprias experiências?

Leituras recomendadas:

² <https://www.usip.org/publications/2019/05/amid-rising-sahel-violence-burkina-faso-builds-response>

Lillian Dang, "Violent Extremism and Community Policing in Tanzania," USIP, 19 de Março de 2019, https://www.usip.org/sites/default/files/2019-03/violent-extremism-and-community-policing-in-tanzania-sr_442.pdf

Oluwakemi Okenyodo, Governance, Accountability, and Security in Nigeria," Africa Security Brief, Centro de Estudos Estratégicos de África, 21 de Junho de 2016, <https://africacenter.org/wp-content/uploads/2016/06/ACSS-Africa-Security-Brief-No.-31-EN.pdf> .

Também disponível em Francês e Português; <https://africacenter.org/publication/governance-accountability-security-nigeria-html/>

"Une arme à double tranchant: comités de vigilance et contre-insurrections africaines" International Crisis Group, Setembro de 2017, <https://d2071andvip0wj.cloudfront.net/251-une-arme-a-double-tranchant-comites-de-vigilance-FRENCH.pdf>.

Também disponível em Inglês:

<https://d2071andvip0wj.cloudfront.net/251-double-edged-sword.pdf>

Leituras adicionais:

James Rupert, "Amid Rising Sahel Violence, Burkina Faso Builds a Response," USIP, 16 de Maio de 2019, <https://www.usip.org/publications/2019/05/amid-rising-sahel-violence-burkina-faso-builds-response>

Preventing Terrorism and Countering Violent Extremism and Radicalization that Lead to Terrorism: A Community-Policing Approach, OSCE, 2014, pp: 94-165
<https://www.osce.org/atu/111438?download=true>

Moritz Schuberth, "Approaching Community-Based Armed Groups in Sub-Saharan Africa Lessons Learned & Measures of Success," Outubro de 2019,
https://www.resolvenet.org/system/files/2019-10/RSVE_CBAGs_Approaches_Schuberth_Oct2019_0.pdf

Lucian Harriman e Ilona Drewry e David Deng, "Like the military of the village": Security, justice and community defence groups in south-east South Sudan," Saferworld, Fevereiro de 2020,
<https://www.saferworld.org.uk/resources/publications/1245-alike-the-military-of-the-villagea-security-justice-and-community-defence-groups-in-south-east-south-sudan>

Abdoul Karim Saidou, "La participation citoyenne dans les politiques publiques de sécurité en Afrique: analyse comparative des exemples du Burkina Faso et du Niger," Revue internationale de politique de développement, 11.1, 2019, <https://journals.openedition.org/poldev/3209?lang=es>

"Le rôle des familles dans la prévention et la lutte contre l'extrémisme violent : recommandations stratégiques et options programmatiques," Fórum Mundial contra o Terrorismo,
<https://www.thegctf.org/Portals/1/Documents/Lifecycle%20Toolkit-documents/French-The-Role-of-Families-in-PCVE.pdf?ver=2016-09-13-141101-687>

Sessão 3: Envolvimento Nacional-Local no CVE

Formato: *Apresentações Plenárias e Sessão de Perguntas e Respostas Moderada*

Objetivos:

- Considerar onde a construção de confiança comunitária se encaixa nos planos nacionais para prevenir e combater o extremismo violento.
- Analisar casos de países africanos que incorporaram atores locais nos seus programas de policiamento comunitário para prevenir e combater o extremismo violento.
- Discutir diferentes modelos de divisão nacional-local do trabalho entre agentes de segurança e o que isto significa para qualquer um deles em relação às comunidades.

Antecedentes:

O envolvimento nacional-local é fundamental para prevenir e combater o extremismo violento. É também fundamental para a implementação do policiamento comunitário cujo sucesso depende do apoio de diferentes agências governamentais, serviços de segurança, e profissionais da comunidade da linha da frente. Os administradores das cidades, os profissionais a nível municipal e outras autoridades locais estão normalmente mais sintonizados socioculturalmente com os atributos e dinâmicas das suas comunidades. Isto torna-os mais bem posicionados para alcançar as comunidades afetadas pelo conflito e facilitar as interações entre os agentes de segurança da linha da frente e as comunidades. Na Somália, por exemplo, alguns presidentes de câmara e funcionários municipais desempenharam um papel importante na criação de instrumentos tangíveis para dissuadir o crime e o terrorismo. No seu melhor, criaram modelos de administração local que são flexíveis, inclusivos e legítimos. Uma maior participação local torna os Somalis os principais intervenientes na melhoria da segurança pública. Isto é tanto mais importante quanto "a maior parte da lei e ordem somali, e a dissuasão do crime e do terrorismo, se baseia no policiamento da comunidade".³

As autoridades locais também têm um papel importante a desempenhar, ajudando a projetar e implementar agências múltiplas e abordagens, planos e estratégias de múltiplas partes interessadas para prevenir e combater o extremismo violento. No Quênia, por exemplo, as autoridades locais e as organizações comunitárias tomaram a liderança no desenvolvimento de planos de ação do condado (CAPs) que apoiam a Estratégia Nacional de Combate ao Extremismo Violento (NSCVE). Na Tunísia, foi a Comissão Nacional contra o Terrorismo que iniciou o processo de desenvolvimento de um plano de ação que inclui representação e contributos a nível local. Estes esforços estão ainda em fases nascentes e exigem o reforço das capacidades e recursos das autoridades locais, bem como o desenvolvimento de mecanismos que delimitem melhor a divisão do trabalho entre autoridades nacionais e subnacionais.

Em muitos casos, porém, as autoridades locais e as organizações da sociedade civil desempenham apenas papéis marginais nas questões de segurança nacional e raramente se envolvem no desenvolvimento de planos e estratégias para prevenir e combater o extremismo violento. Isto tende a impedir o objetivo declarado dos governos de expandir as abordagens orientadas para a

³ <https://www.gpplatform.ch/sites/default/files/If%20mayors%20ruled%20Somalia.pdf>

comunidade em relação aos problemas de segurança a nível local. As abordagens predominantemente do topo para a base também dificultam os esforços de segurança para combater o extremismo violento. A fraca comunicação e cooperação entre os agentes da polícia da linha de frente, os seus supervisores e os cargos superiores afetam a eficiência e eficácia das respostas de segurança. As fronteiras organizacionais e as rivalidades entre as diferentes forças de segurança também dificultam a muito necessária colaboração e partilha de informação para enfrentar o desafio do extremismo violento.

Questões para discussão:

- Existem abordagens e lições aprendidas promissoras que abordem os desafios específicos à cooperação nacional-local?
- Quais são os obstáculos que as autoridades locais enfrentam na prevenção e combate aos esforços extremistas violentos que envolvem o policiamento comunitário?
- O que acontece quando os agentes de segurança a nível nacional não trabalham bem uns com os outros (por exemplo, exército e polícia), aumentando os esforços a nível local?
- Que extensão das autoridades locais e perspectivas locais sobre ameaças extremistas violentas e abordagens de policiamento comunitário precisam de ser tidas em conta para maximizar a eficácia das intervenções?

Leituras recomendadas:

"The role of cities in preventing and countering violent extremism in East and West Africa," The Strong Cities Network, Junho de 2017, https://strongcitiesnetwork.org/fr/wp-content/uploads/2017/10/SCN-Assessment-Report_East-and-West-Africa_June17.pdf

Ken Menkhaus, "If Mayors Ruled Somalia: Beyond the State-Building Impasse," Nordic Africa Institute Policy Note 2, 2014, <http://nai.diva-portal.org/smash/get/diva2:714676/FULLTEXT01.pdf>

Leituras adicionais:

Stephen Commins, "From Urban Fragility to Urban Stability," Africa Security Brief, O Centro de Estudos Estratégicos de África, " Junho de 2018, <https://africacenter.org/wp-content/uploads/2018/07/ASB35EN-From-Urban-Fragility-to-Urban-Stability.pdf>

Michael Duffin, "Les gouvernements locaux intensifient leurs efforts de lutte contre l'extrémisme violent" Missão dos EUA Mali, 17 de Julho de 2018, <https://ml.usembassy.gov/fr/les-gouvernements-locaux-intensifient-leurs-efforts-de-lutte-contre-lextremisme-violent/>

Eric Rosand e Rebecca Skellett, "Connecting the Dots: Strengthening National-Local Collaboration in Addressing Violent Extremism," Lawfare, 21 de Outubro de 2018, <https://www.lawfareblog.com/connecting-dots-strengthening-national-local-collaboration-addressing-violent-extremism>

Olusegun Obasanjo, et al. "Where the Rubber Hits the Road," The Brenthurst Foundation, Janeiro de 2020,
<https://www.thebrenthurstfoundation.org/downloads/finalcitiesreport.pdf>

Sessão 4: Abordagens Sensíveis à Juventude e ao Género para o Policiamento Comunitário no CVE

Formato: *Apresentações Plenárias e Sessão de Perguntas e Respostas Moderada*

Objetivos:

- Considerar abordagens estratégicas para se envolver eficazmente com a juventude na prevenção e combate aos contextos extremistas violentos que envolvem o policiamento comunitário e abordagens relacionadas por agentes de segurança.
- Analisar casos de iniciativas promissoras de envolvimento de jovens no policiamento comunitário e na prevenção e combate ao extremismo violento.
- Compreender as implicações de género na prevenção e combate ao extremismo violento e abordagens de policiamento comunitário.
- Considerar o potencial especial e o valor acrescentado que as mulheres trazem para o policiamento comunitário na prática.

Antecedentes

O envolvimento dos jovens nas práticas de policiamento comunitário é cada vez mais reconhecido como fundamental para encontrar soluções adaptadas aos desafios de segurança enfrentados pelas comunidades, especialmente prevenir, mitigar e combater as atividades das organizações extremistas violentas. Os jovens têm frequentemente uma melhor compreensão do que os agentes de segurança ou entidades mais formais do que está a acontecer entre os seus pares, que são frequentemente os alvos principais do recrutamento para o extremista violento, bem como nas suas comunidades quando se trata da dinâmica, tendências e riscos provenientes do extremismo violento. Isto torna-os intervenientes importantes no desenvolvimento e implementação de qualquer iniciativa de policiamento comunitário informada e eficaz. Para os agentes de segurança, o envolvimento dos jovens melhora a sua consciência situacional das necessidades, problemas e complexidades das diferentes comunidades. Também lhes oferece oportunidades para corrigir perceções erradas sobre as intenções dos serviços de segurança e mostrar os seus compromissos através da sua presença nas comunidades e os potenciais benefícios que o envolvimento entre a aplicação da lei e os jovens pode produzir na resolução de problemas e na abordagem dos desafios de segurança.

No seu melhor, o envolvimento constante dos jovens aumenta a eficácia do fornecimento de proteção orientada para o cidadão e desenvolve acordos que constroem relações de confiança mútua. Inversamente, o envolvimento tem um impacto limitado se lhe faltar sensibilidade e é feito principalmente para fins de recolha de informações a curto prazo. Este é particularmente o caso em comunidades tradicionalmente marginalizadas que nutrem queixas contra o Estado e os seus serviços de segurança. Estes contextos são frequentemente marcados por tensões profundas entre as forças de segurança e os jovens oriundos de meios desfavorecidos. Isto torna o envolvimento dos jovens em estratégias de policiamento comunitário para combater o extremismo violento e o terrorismo um desafio. Abordagens desajeitadas que procuram cooptar e instrumentalizar a juventude podem ter um efeito contrário, reforçando a desconfiança em relação aos agentes de segurança, bem como semeando divisões dentro das comunidades. A recolha de informações deve

"ser como um subproduto do policiamento comunitário".⁴ E em qualquer caso, existem agências especializadas em contra-terrorismo melhor encarregadas deste trabalho...

A compreensão das dimensões de género das necessidades de segurança dos cidadãos é também um componente fundamental do policiamento comunitário. Tanto homens como mulheres são afetados de forma diferente por inseguranças e desempenham papéis diferentes quando o conflito ou o terrorismo ameaçam. Também trazem diferentes perspetivas para identificar problemas comunitários e fatores de risco situacionais associados à violência extremista e ao terrorismo. No entanto, algumas estratégias de policiamento comunitário continuam a ser dificultadas por estereótipos de género. Em alguns contextos afetados pelo extremismo violento, o envolvimento das mulheres tem-se centrado largamente no seu papel como contrapesos contra o terrorismo. No entanto, as mulheres não são apenas agentes passivos a serem alavancados nas tentativas de dissuadir os seus filhos de se unirem a organizações terroristas. Podem também ser agentes activos que participam e dão apoio material a extremistas violentos ou podem falar e juntar-se às forças de segurança na luta contra eles. Esta interpretação errada tende a levar à instrumentalização das mulheres como instrumentos para enfrentar a radicalização, muitas vezes considerada como uma "questão masculina".⁵ O reconhecimento deste problema é fundamental para melhorar a programação do policiamento comunitário concebida para prevenir e combater o extremismo violento.

Para corrigir o preconceito de género nas estratégias e políticas de policiamento comunitário, as estratégias de envolvimento precisam de ser informadas através de uma compreensão específica do contexto dos papéis de género na comunidade. Isto, por sua vez, exige a participação ativa das mulheres a todos os níveis e em todas as funções, incluindo entre as forças de segurança. A presença de mulheres entre a polícia e outras entidades de segurança e governamentais permite uma melhor compreensão das dimensões de género, bem como das implicações da luta contra o extremismo violento. As mulheres podem ser capazes de melhor alcançar as mulheres e sensibilizar para os riscos e possíveis respostas ao extremismo violento. Estão também melhor posicionadas para advertir contra intervenções ou práticas de prevenção que possam ter o efeito oposto do desejado. Isto é crucial para lidar com as comunidades que têm relações historicamente tensas com os agentes de segurança. O envolvimento de organizações de mulheres ao nível das bases é também fundamental para o sucesso do policiamento comunitário. O apoio a iniciativas onde as mulheres ativistas criam plataformas para outras mulheres e jovens partilharem experiências, competências e ferramentas é essencial nos esforços para prevenir e combater o extremismo violento. As provas também mostram que o envolvimento das mulheres na concepção de programas de desradicalização e desmobilização sensíveis à questão de género é fundamental para a sua eficácia.

Questões para discussão:

⁴ <https://www.osce.org/secretariat/111438?download=true>

⁵ Laura Sjoberg e Reed Wood, "People, Not Pawns: Women's Participation in Violent Extremist Groups," 2015. Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional, Setembro de 2015, https://www.usaid.gov/sites/default/files/documents/1866/CVE_RESEARCHBRIEF_PEOPLENOTPAWNS.pdf

- Por que razão deve existir envolvimento entre a aplicação da lei e a juventude na prevenção e combate às iniciativas de extremismo violento que envolvem o policiamento comunitário?
- Que queixas ou perguntas específicas podem ter os jovens sobre o envolvimento dos agentes da lei nas suas comunidades que possam afetar a forma como escolhem aderir (ou não aderir) a programas de policiamento comunitário destinados a prevenir e combater o extremismo violento?
- Qual é o papel e a capacidade das organizações de mulheres para prevenir e combater o extremismo violento?
- Há algo de único nas suas relações com as forças policiais e de segurança que as torne interlocutoras úteis com os agentes de segurança para programas e operações comunitários?

Leituras recomendadas

UNDP, "Frontlines: Young people at the forefront of preventing and responding to violent extremism," 2019, <https://www.undp.org/content/undp/en/home/librarypage/democratic-governance/frontlines.html>

Theophilus Ekpon, "Le Rôle des Jeunes dans la Prévention de l'Extrémisme Violent dans le Bassin du Lac Tchad," La Plateforme de la société civile pour la consolidation de la paix et le renforcement de l'État (CSPPS), 2017, <https://cspps.org/files/2019-05/Cordaid-CSPPS-ChadBasin%20report%20FR%20%28okt%202017%29%20%284%29%20-%20DESIGNED%20FR%20%281%29.pdf>

"Penser Le Genre Dans Les Réponses À L'extrémisme Violent en Tunisie," <http://samuelhall.org/wp-content/uploads/2019/01/Etude-penser-le-genre-dans-les-rponses-lextmisme-violent-en-Tunisie-2018-1.pdf>

'Kemi Okenyodo, "The Role of Women in Preventing, Mitigating and Responding to Violence and Violent Extremism in Nigeria." Capítulo 5 de Naureen Chowdhury Fink, Sara Zeiger e Rafia Bhulai, eds. A Man's World? Exploring the Roles of Women in Countering Terrorism and Violent Extremism. Hedayah, 2016, https://wiisglobal.org/wp-content/uploads/2016/07/AMansWorld_FULLL.pdf

Leituras adicionais:

Wale Ismail, 'Funmi Olonisakin, Bob Picciotto e Dave Wybrow, "Youth Vulnerability and Exclusion (YOVEX) in West Africa: Synthesis Report" 2009, [https://www.nigerdeltabudget.org/CSDG%20Papers%20on%20Youth%20Vulnerability%20%20and%20Exclusion%20in%20West%20Africa%20\(1\).pdf](https://www.nigerdeltabudget.org/CSDG%20Papers%20on%20Youth%20Vulnerability%20%20and%20Exclusion%20in%20West%20Africa%20(1).pdf)

Irene Ndung'u e Uyo Yenwong-Fai, "The role of women in violent extremism in Kenya," Insitute for Strategic Studies, Novembro de 2017, <https://issafrica.s3.amazonaws.com/site/uploads/mono197.pdf>

“Understanding the Role of Gender in Preventing and Countering Violent Extremism and Radicalization That Lead to Terrorism Good Practices for Law Enforcement,” Organização para a Segurança e Cooperação na Europa, Maio de 2019
<https://www.osce.org/secretariat/420563?download=true>

Sessão 5: Esforços Comunitários para a Reintegração de Antigos Combatentes

Formato: *Apresentações Plenárias e Sessão de Perguntas e Respostas Moderada*

Objetivos:

- Discutir as diferentes categorias de intervenções que os programas de reabilitação e reintegração proporcionam.
- Identificar os princípios básicos que devem estar na base de todos os esforços de reabilitação e reintegração.
- Destacar as vantagens comparativas dos intervenientes governamentais e não governamentais nos programas de reabilitação e reintegração
- Considerar opções políticas para programas de reabilitação e reintegração eficazes, analisando até que ponto as abordagens de policiamento comunitário poderiam aumentar os esforços de reintegração duradoura.

Antecedentes

A reabilitação e a reintegração de antigos agentes extremistas violentos na comunidade tornaram-se uma grande preocupação para vários estados africanos. À medida que dezenas de milhares de homens e mulheres anteriormente afiliados a organizações de VE regressam a casa ou a áreas sob controlo governamental, os sistemas de justiça criminal estão cada vez mais sobrecarregados com a dilatação das populações prisionais que se crê estarem associadas a grupos extremistas violentos. Existe, portanto, um crescente sentimento de urgência para os países afetados desenvolverem e implementarem políticas e programas de reabilitação e reintegração. Alguns já têm estratégias em vigor, enquanto outros têm planos incipientes para o fazer. A maioria, contudo, carece das capacidades institucionais e profissionais para implementar tais programas e manter os esforços de reabilitação e reintegração. A superação destes desafios exige o recurso aos conhecimentos e contribuições de vários agentes e instituições.

As iniciativas de reabilitação e reintegração vêm em diferentes formas, formatos e tamanhos. Os cenários onde estas intervenções são conduzidas moldam a natureza e estrutura dos programas. Por exemplo, os programas levados a cabo num contexto prisional exigem tipos de intervenções diferentes das que são implementadas em contextos não prisionais onde os alvos de reabilitação e reintegração tinham associações com grupos extremistas violentos, mas não estão a cumprir penas de prisão. O estatuto de risco dos alvos das intervenções também desempenha um papel no desenvolvimento e operacionalização de programas de reabilitação e reintegração. Os antigos membros do al-Shabaab considerados de baixo risco exigem diferentes intervenções que os considerados de alto risco. O mesmo se aplica às mulheres e crianças que exigem estratégias de reabilitação e reintegração personalizadas. Dependendo do contexto e também da capacidade dos prestadores de intervenção, os programas de reabilitação e reintegração podem variar desde intervenções de tipo único (teológicas/ideológicas) até intervenções abrangentes que incluem diferentes tipos de apoio (material, psicossocial, recreativo e cultural).

Embora não exista uma abordagem única para a reabilitação e reintegração de antigos infratores, existem princípios comuns que devem orientar estas iniciativas. O mais importante é o envolvimento de atores governamentais e não-governamentais no desenvolvimento e

implementação de programas de reabilitação e reintegração. É certo que alguns contextos exigem que os atores governamentais assumam a liderança nas intervenções de reabilitação e reintegração, enquanto noutros, são os intervenientes não-governamentais que o fazem. A chave é reconhecer as vantagens comparativas de cada agente e utilizá-la com o máximo efeito. Assim, há necessidade de uma abordagem de diversos atores e multi-sectorial que permita o envolvimento de profissionais da aplicação da lei, autoridades locais, prestadores de cuidados psicossociais, conselheiros religiosos, organizações da sociedade civil baseadas na comunidade e membros da família. Para o conseguir é necessário que todos os atores relevantes colaborem e partilhem informação.

Questões para discussão:

- Qual é o papel dos agentes de segurança na facilitação da reintegração de antigos combatentes?
- Quais são os papéis dos atores da sociedade civil no processo de reabilitação e reintegração?
- Que lições podem ser extraídas de programas formais de reintegração sob a direção de agentes de segurança?

Leituras recomendadas:

Christina Nemr e Rafia Bhulai, "Civil Society's Role in Rehabilitation and Reintegration Related to Violent Extremism," The Global Observatory, 25 de Junho de 2018, <https://theglobalobservatory.org/2018/06/civil-societys-role-rehabilitation-reintegration-violent-extremism/>

James Khalil, Rory Brown, Chris Chant, Peter Olowo e Nick Wood, "Deradicalisation and Disengagement in Somalia Evidence from a Rehabilitation Programme for Former Members of Al-Shabaab," Whitehall Report 4-18, Royal United Services Institute for Defence and Security Studies (RUSI), Janeiro de 2019, https://rusi.org/sites/default/files/20190104_whr_4-18_deradicalisation_and_disengagement_in_somalia_web.pdf

Saïbou Issa e Nadine Machikou, "Réintégration des ex-associés de Boko Haram Perspectives de la région de l'Extrême Nord du Cameroun" Global Center on Cooperative Security, Fevereiro de 2019, https://www.globalcenter.org/wp-content/uploads/2019/02/GCCS_Reintegration-des-ex-associés-de-Boko-Haram.pdf

Leituras adicionais:

"Returning from the Land of Jihad: The Fate of Women Associated with Boko Haram," International Crisis Group, 21 de Maio de 2019, https://d2071andvip0wj.cloudfront.net/275-returning-from-the-land-of-jihad_0.pdf

Andrew McDonnell, "A Community Approach to Jihadis' Rehabilitation in Tunisia," Sada, The Carnegie Endowment for International Peace, 27 de Setembro de 2018, <https://carnegieendowment.org/sada/77358>

Christina Nemr, Lara Nonninger, Eva Entenmann, Fulco van Deventer e Bibi van Ginkel, “It Takes a Village: An Action Agenda on the Role of Civil Society in the Rehabilitation and Reintegration of Those Associated With and Affected by Violent Extremism,” Global Center on Cooperative Security, Agosto de 2018, https://www.globalcenter.org/wp-content/uploads/2018/08/GC-It-Takes-a-Village_WEB.pdf

“Non-custodial Rehabilitation and Reintegration in Preventing and Countering Violent Extremism and Radicalization That Lead to Terrorism: A Guidebook for Policymakers and Practitioners in South-Eastern Europe”, Organização para a Segurança e Cooperação na Europa, (OSCE) 2020, <https://www.osce.org/secretariat/444838?download=true>

Sessão 6: Estudo de caso: interromper o ciclo de violência no condado de Garissa, Quênia

Formato: *Apresentações Plenárias e Sessão de Perguntas e Respostas Moderada*

Objetivos:

- Discutir os fatores que contribuíram para a mudança na estratégia antiterrorista do Quênia, tal como aplicada em Garissa após o ataque do al-Shabaab à Universidade.
- Analisar as mudanças organizacionais e de gestão que ocorreram no sector da segurança após o ataque em Garissa.
- Considerar os benefícios desta abordagem alterada para combater o extremismo violento e o terrorismo.

Antecedentes:

Uma das lições mais importantes retiradas de uma década de operações antiterroristas em África é que as operações militares por si só não podem deter a propagação do extremismo violento e do terrorismo. Mesmo quando são bem-sucedidos na desobstrução de áreas de organizações de extremismo violento, os governos que não conseguem melhorar a governação local, incluindo no sector da segurança, acabam por ser incapazes de manter os seus ganhos militares. De facto, existem amplas provas de que o abuso e a estigmatização do estado real ou aparente de comunidades específicas está a conduzir diretamente os jovens para a órbita de organizações de extremismo violento. O relatório de 2017 do PNUD sobre a viagem ao extremismo em África forneceu "novas e surpreendentes provas do quão diretamente contraproducentes podem ser as respostas em termos de segurança quando conduzidas de forma insensível". Por isso, é importante que os países afetados se comprometam a reforçar a responsabilização e a eficácia das instituições de segurança. A gestão eficaz e a responsabilização do sector da segurança são igualmente cruciais para o fornecimento de segurança e a criação de um ambiente conducente ao crescimento socioeconómico. Em última análise, fomentar a confiança popular nos serviços estatais é a chave para combater o extremismo violento.

A experiência queniana no condado de Garissa é reveladora a este respeito. Garissa, que faz fronteira com a Somália, é um dos condados mais pobres e marginalizados do Quênia. É também uma das áreas que sofreu alguns dos ataques terroristas mais mortais do país, para além de suportar o peso das campanhas antiterroristas dos serviços de segurança. Em 2015, porém, houveram dois desenvolvimentos que contribuíram para uma redução significativa dos ataques terroristas, bem como para a melhoria das relações do público com os serviços de segurança. Primeiro, o horrível ataque terrorista à Universidade Garissa do Quênia, que matou 148 pessoas, a maioria das quais estudantes, causou uma enorme reacção negativa entre as comunidades locais contra o grupo extremista violento somali al-Shabaab. Em segundo lugar, a resposta dos serviços de segurança foi medida, uma diferença notável em relação às habituais respostas duras de segurança que se seguem aos ataques terroristas. Tirando lições das deficiências das estratégias antiterroristas puramente coercivas, o governo queniano ordenou uma reestruturação da provisão de segurança em Garissa que incluiu a colocação de locais em posições de segurança de grande proeminência e visibilidade. A nova liderança de segurança, tal como documentado num estudo do Safeworld de 2017, "comandou a confiança e o respeito locais em todas as clivagens sociais,

reprimiu a corrupção e a prisão arbitrária, trabalhou com as comunidades para restaurar a confiança e desmantelar as células do al-Shabaab".⁶

O declínio resultante dos ataques terroristas e a melhoria das perceções locais de segurança demonstram os benefícios reais e tangíveis que podem ser derivados da adoção de estratégias antiterroristas que procuram melhorar as relações entre os serviços de segurança e as comunidades locais. É certo que os ganhos de segurança permanecem frágeis, e podem estar em perigo se não for prestada maior atenção à resolução das queixas socioeconómicas persistentes das comunidades locais contra o Estado queniano. Dito isto, a história de Garissa "mostra o que é possível quando as autoridades fazem uma tentativa significativa de não travar uma guerra suja e, em vez disso, construir uma dinâmica para recuperar a confiança do público".

Questões para discussão:

- O que mudou nas respostas de segurança quenianas após o ataque Garissa?
- Que lições aprenderam os agentes de segurança e que ajustamentos fizeram às suas relações comunitárias e abordagens de policiamento após o ataque à universidade de Garissa?
- Havia lições diferentes a nível nacional e local?

Leituras recomendadas:

Christopher Wakube, Thomas Nyagah, James Mwangi e Larry Attree, " Inside Kenya's war on terror: breaking the cycle of violence in Garissa" Saferworld, 2017.

<https://www.saferworld.org.uk/long-reads/inside-kenyaas-war-on-terror-breaking-the-cycle-of-violence-in-garissa>

⁶ Christopher Wakube, Thomas Nyagah, James Mwangi e Larry Attree, " Inside Kenya's war on terror: breaking the cycle of violence in Garissa" Saferworld, 2017. <https://www.saferworld.org.uk/long-reads/inside-kenyaas-war-on-terror-breaking-the-cycle-of-violence-in-garissa>